



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1409

A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E A EXPLORAÇÃO DE PAU-CRAVO NA AMAZÔNIA

Cinthia V. Zúniga de Souza Donini (UEM/LHC)
Christian Fausto Moraes dos Santos (UEM/LHC)
Marlon Marcel Fiori (UEM/ LHC)

Resumo. Desde o início da ocupação da Amazônia, na década de 1610, os colonizadores portugueses se dedicaram ao reconhecimento, extração e comercialização de frutos, fibras, raízes, óleos, resinas e cascas, conhecidos como drogas-do-sertão. Dentre tais *drogas*, podemos citar a salsa-parrilha, baunilha, óleo de copaíba, cacau e a casca de pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*), espécie abordada neste trabalho. Pesquisas recentes realizadas na floresta amazônica constataram que a espécie está em perigo crítico de extinção, pois restam apenas duas pequenas populações desta árvore. Isso contrasta fortemente com os registros históricos. Por volta de 1700, as fontes documentais (relatos, ofícios, diário de viagens, cartas, corografias) indicam que as populações de pau-cravo na Amazônia eram consideravelmente abundantes. Esta pesquisa busca compreender aspectos históricos acerca da exploração e padrões de distribuição de *Dicypellium caryophyllaceum* há trezentos anos. Os resultados sugerem que, anteriormente, o pau-cravo tinha uma distribuição ampla, sendo encontrado em vários rios amazônicos. Além disso, os colonizadores portugueses parecem ter contribuído fortemente para a exaustão dessa espécie nativa, pois uma quantidade assustadora de árvores foi derrubada, para a retirada de sua valiosa casca aromática. A pesquisa pode, portanto, ajudar a compreender um aspecto interessante do impacto ambiental da colonização na maior floresta tropical do globo, algo que tem sido pouco abordado por historiadores e biólogos.

Palavras-chave: Amazônia; Século XVIII; Colonização portuguesa; Pau-cravo; *Dicypellium caryophyllaceum*.

Financiamento: CNPq

Introdução

No fim do século XVI, a bacia hidrográfica amazônica foi explorada por diversos viajantes espanhóis, portugueses, franceses e, principalmente, ingleses e holandeses. Ambos buscavam alternativas de exploração e, conseqüentemente, se estabelecer naquela floresta que acreditavam ser tão promissora. Naquele momento, Espanha e Portugal partilhavam de coroas

unificadas e se preocuparam em preservar suas posses e a navegação do rio Amazonas. Sobretudo o império colonial espanhol, acreditava que através do Amazonas e Solimões as minas de prata na cordilheira andina estariam ameaçadas por incursões inglesas e holandesas (HEMMING, 2011).

Décadas depois, os portugueses fecharam o acesso à navegação do rio Amazonas. Em 1616, construíram a Casa Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, que se tornou a cidade de Belém. Cerca de vinte anos depois, após algumas escaramuças com os demais forasteiros europeus, os portugueses conseguiram afirmar o controle em grande parte da região (CHAMBOULEYRON, 2006).

Com a crescente ocupação pelos portugueses, diversos relatos passaram a descrever o ambiente amazônico, normalmente, visto como uma terra de águas salubres e piscosas, de abundância e fertilidade, farta de produtos naturais com potencial econômico, tais como frutos, fibras, raízes, óleos, resinas e casca. Os colonizadores se dedicaram ao reconhecimento, extração e comercialização de muitos desses recursos, denominados de *drogas-do-sertão*, pois os reconheciam, em grande medida, como equivalente às especiarias carregadas nos portos da Ásia. Assim, as *drogas-do-sertão* seriam uma oportunidade de enriquecimentos para os portugueses (CHAMBOULEYRON, 2005).

Sobretudo no século XVIII, a exploração das *drogas-do-sertão* aumentou consideravelmente, sendo uma atividade que ocupava grande parte do tempo dos colonos. Durante a estação de seca dos rios, canoas lotadas de indígenas partiam para diferentes rios amazônicos, em busca de salsa-parrilha, baunilha, óleo de copaíba, anil, cacau e árvores de pau-cravo (*Dicypellium caryophyllaceum*).

Os registros históricos (relatos, ofícios, diários de viagens, cartas e corografias) sugerem que as árvores de pau-cravo eram abundantes na floresta Amazônica há trezentos anos. Viajantes, oficiais a serviço da coroa e habitantes locais, que percorreram a Amazônia, descrevem diversos locais para a coleta desta especiaria. Algo que contrasta consideravelmente como os dias de hoje. Recentemente, *Dicypellium caryophyllaceum* foi incluída na lista de espécies da flora brasileira em risco de extinção (MORAES, 2013).

A pesquisa resgata a história de exploração do pau-cravo, notadamente entre 1700 e 1800. O método de extração, bem como questões relacionadas ao comércio desta planta também são abordados. A pesquisa analisa, ainda, a possível área de ocorrência do pau-cravo há trezentos anos, comparando as informações dos registros históricos com as atuais, em busca de possíveis diferenças.

Portanto, essa pesquisa contribui para o entendimento da exploração das drogas-do-sertão na Amazônia setecentista, além de lançar luz sobre os possíveis impactos da colonização sobre uma espécie nativa da fauna local.

Encontrar as árvores e arrancar a casca

Embora as expedições de coleta de drogas-do-sertão subiam os rios amazônicos recolhessem praticamente todos os recursos naturais como potencial econômico que encontrassem pela frente, um dos mais cobiçados era a casca do pau-cravo. O padre João Daniel, que catequizou na Amazônia entre 1741 e 1757, notou que “(...), quando partem estas canoas as colheitas do sertão, já vão determinadas a alguma [alguma] carga principal, v. g. [por exemplo] cravo, ou salsa, ou cacao; e destes haveres fazem o principal negócio, (...)” (DANIEL, 1976, b).

A prioridade dos colonizadores pelo pau-cravo estava relacionada à sua casca, que possui sabor e aroma similares ao cravo e canela da Índia (CORRÊA, 1984). O cravo (*Syzygium aromaticum*) era uma especiaria muito cobiçada pelos navegantes europeus e, por compartilhar de propriedades gustativas semelhantes, o pau-cravo parece ter motivado a mesma forte atração sobre os europeus. Algo que, conseqüentemente, deveria significar um alto potencial de lucro para os comerciantes. No entanto, ao contrário do cravo-da-índia, cujos botões das flores são a parte da planta utilizada, as flores do pau-cravo, ao contrário do que normalmente se pensa, não são utilizadas (DANIEL, 1976, b). Na década de 1770, por exemplo, o arquiteto italiano Giuseppe Landi escreveu, quase como um sacro elogio laudatório, que “(...) bendita seja por todos os tempos esta planta [o pau-cravo], por ser um aroma tão desejado em toda a Europa” (LANDI, 2002).

Em outro relato, o próprio padre Daniel comparou o apreço dos europeus pelo pau-cravo ao cacau. A casca do pau-cravo, notou o jesuíta, “(...) é outro gênero, que pode competir com o cacau assim na abundância, como na estimação (...)” (DANIEL, 1976, a). Durante a Era Moderna, as sementes de cacau eram secas e torradas para a manufatura do chocolate, que chegou a Europa por meio dos Espanhóis. Porém, ao invés de barras ou tabletes, nesse período, o chocolate era consumido na forma de uma bebida, adicionando-se água e batendo-se até formar algo parecido a uma pasta. Por ser algo caro, que logo teve um *boom* de consumo entre as elites do outro lado do Atlântico (KURY, 2013), a comparação do padre Daniel da casca de pau-cravo como o cacau é mais uma indicação de que essa especiaria deve ter exercido uma forte atração sobre os europeus.

Como a cravo era vendido em arrobas e o maior número delas garantia um lucro maior para os portugueses, a extração da casca de pau-cravo era um processo nada metódico. Consistia, basicamente, na derrubada das árvores para a extração da casca. Além disso, talvez por causa da abundância desta planta, tanto os colonos, quanto os indígenas, encarregados da coleta, simplesmente cortavam, colhiam a casca e carregavam as canoas sem se preocupar em desperdiçar as árvores cortadas. O filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira, que entre 1783 e 1792 capitaneou a *Viagem Philosophica*, percorrendo diversas áreas da Amazônia, escreveu “(...) o cravo, que não deve ser tirado das arvores ainda novas, para não embaraçar sua multiplicação e conservação, e para se não destruir mais do que se aproveita, com a mais reprehensível desolação, que lhe fazem os cabos e os índios, é cortado, quebrado (...)” (FERREIRA, 1983).

O padre Daniel também descreveu que para agilizar o processo de extração da casca, os coletores “(...) cortam, e deitam abaixo a árvore, e no chão deitada a vão despindo; por cujo rezão só delas se aproveitam uã [uma] vez na vida; e posto que é das mais rendosas para os brancos esta feitoria, se tem deitado a perder matas de cravo mui extensas (...)” (DANIEL, 1976, b).

O *Dicypellium caryophyllaceum* é uma árvore da família das Lauraceas, que pode atingir até 20 metros de altura (CORRÊA, 1984). Ou seja, é uma árvore de médio porte, sobretudo quando comparada com outras espécies da

flora amazônica. Isso sugere que era preciso derrubar muitas árvores para garantir um bom carregamento de casca em uma canoa.

Depois de cortada a árvore e retirada a casca, o próximo passo era beneficiar a casca. Isso era feito de duas maneiras, os chamados *cravo grosso* e *cravo fino*. O primeiro consistia simplesmente enrolar as largas tiras casca, de forma parecida àquelas de canela que compradas atualmente nos supermercados, e secá-la. O *cravo fino*, por sua vez, demandava um pouco mais de mão-de-obra. Nesse caso, a casca era raspada até ficar da espessura bastante quase tão liso quanto uma folha de papel:

Esta casca [do pau-cravo] beneficiam de dois modos. 1º e mais suave é encanar a casca como a tiram da árvore sem mais benefício, do que cortá-la toda do mesmo comprimento encaná-la com as mãos, e secá-la; mas não é tão preciosa, como o 2º modo, que é tirar a casca, raspá-la bem por fora té a porem como papel poco mais, ou menos; e estas chamam taquari ou cravo fino muito estimado, e precioso; A primeira chamam cravo grosso, um, e outro conduzem para a feitoria, onde o secam, e atam em molhos do comprimento de ua braça, o grosso, o fino mais curto: Não lhe aproveitam a flor, de que só na Índia fazem colheitas(DANIEL, 1976, b).

Ao retornar das coletas na floresta, os comerciantes se dirigiam até Belém. Ali, o *cravo fino* e o *cravo grosso* podiam ser remetidos para Lisboa, de onde seria comercializado em Portugal e em outros países europeus. Em outros casos, os comerciantes optavam por uma permuta no porto de Belém, trocando a casca por produtos da Europa, que eram trazidos por naus que saiam de Lisboa. Isso foi observado pelo explorador e geógrafo francês Charles de La Condamine, na década de 1740:

O comércio direto do Pará com Lisboa, donde chega todos os anos um grande comboio, dá às gentes de recursos a facilidade de se proverem de todas as comodidades. Recebem as mercadorias da Europa em troca de gêneros do país, que são, além de algum ouro em pó que transportam do interior das terras ao lado do Brasil, todos os diferentes produtos úteis, quer dos rios que vêm perder-se no Amazonas, como das margens deste último: a casca do pau de cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café, e sobretudo o cacau, que é a moeda corrente do país, e que constitui a riqueza dos habitantes (LA CONDAMINE, 2000).

Um fato que chama a atenção nos registros históricos é abundância das árvores de pau-cravo, bem como a ampla distribuição geográfica da planta. O

bispo João de S. Joseph Queiroz, nos anos de 1762 e 1763, notou que o rio Tocantins tem “(...) muito cravo, muito ouro, e muito gentio” (QUEIROZ, 1869). Ainda próximo ao rio Tocantins, no rio Pacajás, um afluente do rio Pará, ele mencionou que “(...) é um rio muito abundante de cravo (...)” (QUEIROZ, 1869). No relato do bispo, árvores de pau-cravo também são descritas em muitos trechos das margens do Amazonas, bem como em outros rios, como no rio Trombetas. “Tem este rio [Trombetas] (...) por ele dentro não só em os sertões, mas em as margens, muito gentilismo, páo cravo, salsas e madeiras preciosas” (QUEIROZ, 1869).

Outro relato, o do padre José Monteiro de Noronha, também descreveu, na década de 1760, que havia árvores de pau-cravo em rios como o Tocantins, Xingu, Tapajós, Pacajás e Trombetas e nas margens do Amazonas. Cerca de dez anos antes, o secretário do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José Gonsalves da Fonseca, notou árvores de pau-cravo no Tapajós e nas margens do rio Amazonas. Nas margens do Xingu, descreveu ainda o secretário, há “(...) grande porção de cravo, que serve ao commercio” (FONSECA, 1826). O filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira também menciona árvores de pau-cravo em rios como a Capim e o Tocantins (FERREIRA, 1983).

Esses registros históricos, de um modo geral, convergem para a mesma direção: No século XVIII, o pau-cravo era uma espécie relativamente abundante e ocorria em diversos rios amazônicos.

Isso contrasta fortemente com o número de indivíduos de pau-cravo encontrados na Amazônia hoje em dia. Em 2012, biólogos identificaram apenas duas pequenas populações de *Dicypellium caryophyllaceum* no atual estado do Pará. Uma delas, em Vitória do Xingu, na região do médio-baixo rio Xingu; e outra em Juruti, no oeste do estado, próximo às margens do rio Amazonas (SALOMÃO; ROSA, 2012). Como resultado, o pau-cravo foi classificado como espécie em Perigo Crítico de Extinção pelo *Livro Vermelho da Fauna Brasileira em risco de extinção*.

Considerações Finais

Os dados biogeográficos sobre o pau-cravo, há trezentos anos, são bastante divergentes dos dados atuais. Por volta de 1700, como indicam os registros históricos, populações dessa árvore podiam ser encontradas às margens do rio Amazona, Xingu, Tapajós, Tocantins, Pacajás, Trombetas e Capim. No entanto, hoje, restaram apenas duas pequenas populações no Pará. Os registros históricos também demonstram que a casca do pau-cravo foi um item largamente comercializado pelos portugueses e que o método de extração consistia na derrubada das árvores, devido à ânsia dos colonos por encherem mais e mais canoas da lucrativa casca. Conseqüentemente, é difícil imaginar que a colonização tenha sido um fator insignificante na severa redução das populações de pau-cravo, que hoje correm o risco de desaparecer.

A exploração do pau-cravo, tal como demonstram as fontes, também sugerem que a atividade dos colonizadores portugueses parece ter tido, ao menos para algumas espécies, um impacto considerável. Tal fato, contudo, tem sido pouco abordado por historiadores e biólogos, que normalmente concentram seus estudos sobre distúrbios antrópicos na Amazônia no século XIX e XX.

Referências

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Opulência e miséria na Amazônia setecentista**. p. 105, 2005

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, v. 6, p. 1-10, 2006.

LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o Rio Amazonas**. Brasília, Senado Federal, 2000.

CORRÊA, Manuel Pio. **Diccionario das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no rio Amazonas**. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976a.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no rio Amazonas**. v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976b.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, 1983.

FONSECA, José Gonsalves. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso, por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno. **Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas**, v. 4, n. 1, 1826.

HEMMING, John. **Árvore de rios, a história da Amazônia**. Tradução André Luiz Alvarenga. São Paulo: Editora Senac São Paulo: 2011.

KURY, Lorelay. **Uso e Circulação de Plantas no Brasil séculos XVI – XIX**. Rio de Janeiro, 2013.

LANDI, Antonio Giuseppe. O códice: descrizione di varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Parà [ca. 1772]. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; CAVALCANTE, Paulo. B.; HIGUCHI, Horácio. **Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MORAES, Maria Marta V. de. *Dicypellium caryophyllaceum* In: **Livro Vermelho da Flora do Brasil**. Org. MARTINELLI, Gustavo; MORAES, Miguel Avila; Trad. Flávia Anderson; Chris Hieatt. 1. Ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson: Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)**; introdução e notas de Antonio Porro. São Paulo: Edusp, 2006.

QUEIROZ, João de São Joseph. **Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763**. Escripta pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge benedictino. In: RIHGB, n. 9, p. 43-107, 179-227, 328-375, 476-527; 1869.

SALOMÃO, R.P.; ROSA, N.A. **Pau-cravo: 'droga do sertão' em risco de extinção**. Ciência Hoje, v. 49, n. 289, 2012, p. 46-50.